

→ **Quinta-feira**

TERESINA ANO XX
11 06 2015 Nº 8357

meionorte.com

meionorte

criticasesugoes@meionorte.com

TERESINA (PI), CAPITAL DO MEIO-NORTE DO BRASIL

FECHAMENTO

21h50
CAPITAL E INTERIOR R\$ 2,50
OUTROS ESTADOS R\$ 3,00

DOLAR

Compra Venda
Comercial 3,114 3,114
Turismo 3,100 3,290

VALORES

Poupança 0,68%
INSS 20%
IR 15%

EURO

Compra Venda
3,526 3,531

TEMPO

Nascente 5h56
Poente 17h46
Máxima 33º
Mínima 23º



OPINIÃO

DA REDAÇÃO

AULA - I

● O deputado estadual Robert Rios bem que tentou intimidar o secretário estadual de Fazenda, Rafael Fonteles, durante audiência na Alepi. Falou que o governo atrasa salários ao oferecer o parcelamento dos reajustes, no entanto, recebeu do secretário uma aula de matemática mostrando que não é bem assim o negócio.



AULA - II

● Se pagasse tudo que foi acordado na íntegra, como quer o deputado, o Piauí ultrapassaria os limites para gasto com pessoal estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Os prejuízos para o Estado, segundo Fonteles, seriam bem maiores. De acordo com o secretário, o problema, na verdade, não é nem bem a LRF, e sim dinheiro em caixa que não tem.



■ PEDRO II

Prefeitura diz que vai explicar gastos ao TCE

A prefeita de Pedro II, Neuma Café (PT), disse ontem ao Diário do Povo que o gasto de R\$ 1,65 milhão com o Festival de Inverno foi feito dentro da legalidade e que os cachês pagos aos cantores Frejat, Ana Carolina e Jorge Ben Jor foram negociados abaixo do preço de mercado. Ela afirmou ainda que a contratação dos shows e da estrutura de palco, som e luz, realizados sem licitação, foi por causa da falta de empresa no Piauí que atendesse as exigências dos cantores contratados.

"Nesses contratos não está só o cachê do cantor, está a estrutura toda de palco, som, luz, passagens aéreas, translados, seguro dos equipamentos, hospedagem, alimentação. Além disso, o Jorge Ben Jor, por exemplo, não está fazendo nem show no Brasil. Ele tem toda uma exigência de som. E nós justificamos no Tribunal de Contas, mas vamos detalhar com as notas fiscais", informou a prefeita de Pedro II, Neuma Café.

A prefeita disse ainda que até a próxima segunda ou terça-feira, a Prefeitura entregará as notas fiscais e uma docu-

mentação ainda mais detalhada do que a que foi exigida pelo Tribunal de Contas do Estado. "São detalhes que serão todos esclarecidos com muita tranquilidade, dentro da transparência e legalidade", afirmou. A apuração sobre a denúncia de irregularidades na contratação dos cantores Frejat, Ana Carolina e Jorge Ben Jor gerou polêmica após ser divulgada ontem pelo jornal Diário do Povo.

A empresa L. F. Gomes Martins, que tem nome de fantasia de Nota Musical, foi quem fez a denúncia ao TCE-PI. Para Neuma Café, o motivo da denúncia, foi porque a Nota Musical não ficou satisfeita por ter sido excluída este ano do Festival de Inverno. Segundo a prefeita, a empresa trabalhou nas últimas três edições do evento, mas como as exigências dos artistas que se apresentaram esse ano estavam acima dos equipamentos e serviços oferecidos pela empresa, a Prefeitura foi obrigada a realizar uma contratação sem licitação e de empresa fora do Estado. (CS)

Prefeita afirma que há muita desinformação

De acordo com a gestora, o que está havendo é apenas uma falta de informação que será resolvida. "A gente fez tudo dentro da legalidade, tudo com a maior transparência, a gente faz prestação de contas é pública, em praça pública, a gente trabalha dentro da maior lisura e legalidade. O que está havendo é uma falta de informação do próprio Tribunal de Contas, porque nos documentos que já apresentamos está detalhado, mas nós vamos detalhar ainda mais, com nota fiscal, com

data de pagamento, apresentando quem foi pago", frisou Neuma.

A prefeita afirmou também que o cachê da cantora Ana Carolina ficou em torno de R\$ 116 mil líquidos, muito abaixo do que foi informado no relatório apresentado pelo TCE-PI. Neuma lembrou ainda que a cidade de Pedro II teve uma circulação de cerca de R\$ 6 milhões e que o Festival, pela sua realização diferenciada esse ano, deve ser incluído no calendário nacional dos eventos de cultura. (CS)



Rauristênio Bezerra

Flash da Política

Tribunal de Contas vai julgar denúncia de irregularidades na Agespisa

O Tribunal de Contas do Estado vai julgar na próxima quarta-feira (18) denúncia contra a Agespisa (Águas e Esgotos do Piauí S.A) referente ao exercício financeiro de 2014.

Imagem: Reprodução



TCE-PI

A denúncia trata de supostas irregularidades relacionadas à admissão do cargo de Diretor Presidente da AGESPISA, antes da sabatina pela Assembleia Legislativa do Estado do Piauí e tem como denunciados os ex-presidentes José Augusto de Carvalho Gonçalves Nunes e Manoel de Castro Dias.

O conselheiro substituto Jaylson Fabianh Lopes é o relator do processo.

Keywords: [agespisa](#), [denúncia](#), [tce-pi](#)

Escrito por Rauristênio Bezerra em 11/06/2015 às 08h03

Atualizada em 11/06/2015 - 08h08



Política

Robert diz que documento do TCE provaria que governo mente sobre reajuste

Deputado afirma que o Tribunal de Contas do Estado (TCE) encaminhou documento à Casa que comprovaria a possibilidade do Estado conceder o reajuste

Repórter: Lídia Brito

10/06/2015 16h00 - Atualizado em 10/06/2015 16h05



O líder da oposição na Assembleia Legislativa do Estado (Alepi), deputado Robert Rios (PDT), acusa o governo de mentir sobre a concessão do reajuste salarial dos policiais civis em greve. O **deputado afirma que o Tribunal de Contas do Estado (TCE) encaminhou documento à Casa que comprovaria a possibilidade do Estado conceder o reajuste.**



Foto: João Alberto/O Olho

O documento foi apresentado por Robert Rios (PDT) após o secretário de Fazenda, Rafael Fonteles, apresentar o balanço financeiro do primeiro quadrimestre do ano. Rafael voltou a defender que se o reajuste for concedido de forma integral, o Estado irá ultrapassar o limite prudencial imposto pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Robert Rios contesta os dados do governo e afirma que o TCE diz que o impacto de R\$ 27 milhões provocado pelo reajuste não levaria o Estado para a inadimplência. “O documento mostra que o Estado ainda tem crédito suficiente para conceder o reajuste. O governo está em 44,55% do limite da Lei de Responsabilidade Fiscal. Ele pode ir até 49%. O limite prudencial é de 46%. Ainda sobra crédito se o reajuste for concedido. O governo faltou com a verdade. O governo não tem interesse em cumprir as leis”, destacou.

De acordo com informações do secretário, os gastos com a Secretaria de Segurança anualmente chegam a R\$ 20 milhões. “A oposição está assustada. Isso porque não era verdade aquilo que o governador e seus secretários afirmavam na mídia. Eles diziam que não era possível pagar o servidor. A Secretaria de Segurança representa pouco mais de R\$ 20 milhões por ano para que o governador possa cumprir a lei de aumento dos policiais civis”, disse.

Rafael Fonteles explica que os impactos de conceder o reajuste salarial não seriam imediatos, mas a longo prazo. “O objetivo é conceder o reajuste de forma parcelada para que no futuro não venhamos a ultrapassar a Lei de Responsabilidade Fiscal. Se isso ocorrer, ficaremos sem poder receber recursos de operação de crédito e de convênios”, destacou.